Agrupamento de Escolas de Pinheiro, Penafiel

Aviso (extrato) n.º 6114/2017

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, conjugado com o n.º 6 do artigo 21 do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, nomeio Adjuntos da Diretora do Agrupamento de Escolas de Pinheiro o professor, Paulo Duarte Bastos Gil, Maria Rosa Gomes de Carvalho e Carolina Antónia da Costa Pereira, com efeitos a partir de 27-04-2017, para o quadriénio, 2017/2021.

16 de maio de 2017. — A Diretora, *Maria Luísa Barrosa Monteiro Coelho*.

310499459

Agrupamento de Escolas de São Teotónio, Odemira

Aviso n.º 6115/2017

1 — Nos termos do disposto nos artigos 21.º, 22.º, 22.º-A e 22.º-B, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas S. Teotónio, para o quadriénio 2017-2021, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos números 3 e 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

3 — A formalização da candidatura é efetuada, obrigatoriamente, através da apresentação do requerimento para o efeito, previsto no n.º 1, do artigo 22.º-A do diploma legal supracitado, em modelo próprio, disponibilizado na página de internet do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio (www.agrupamentosaooteotonio.net/) e nos Serviços Administrativos do Agrupamento, podendo ser entregue pessoalmente nestes serviços ou enviado por correio registado com aviso de receção e expedido até ao termo do prazo estipulado no número um e dirigido ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, Alameda dos Combatentes, S/N, 7630-639 — S. Teotónio.

4 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, contendo toda a informação considerada pertinente e acompanhada da respetiva prova documental;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, de acordo com a legislação, contendo:

- 1) Identificação de problemas;
- 2) Definição da missão, metas e grandes linhas de orientação da ação;
- 3) Explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

O documento deve conter um máximo de 20 páginas A4, com letra areal/Times New Roman 12, com espaço de 1,5, podendo ser complementado com anexos devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

c) Declaração autenticada pelo serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias e certificados relativos à situação profissional;

e) A identificação do requerente, pela indicação do nome completo, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, respetiva validade e serviço emissor, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone ou telemóvel;

f) Fotocópia de documento comprovativo da posse da qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar;

g) Fotocópia dos certificados de ações de formação relacionadas com a administração e gestão escolar.

4.1 — Os documentos referidos nas alíneas a), c), d), e), f), g) do n.º 4, que acompanham obrigatoriamente o requerimento de admissão, deverão ser encerrados em envelope opaco, fechado, lacrado ou rubricado e selado com fita-cola, contendo no seu exterior unicamente a seguinte designação: “Procedimento para recrutamento de Diretor do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio — documentos

4.2 — Os documentos referidos na alínea b) do n.º 4, que acompanham obrigatoriamente o requerimento de admissão, deverão ser encerrados em envelope opaco, fechado, lacrado ou rubricado e selado com fita-cola, contendo no seu exterior unicamente a seguinte designação: “Procedimento para recrutamento de Diretor do Agrupamento de Escolas de

S. Teotónio — projeto de intervenção. Este documento apenas será aberto se o candidato for admitido ao concurso nos termos do n.º 3 do artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

4.3 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do requerimento e do *Curriculum Vitae*, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual desde que este se encontre nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio.

5 — A avaliação das candidaturas será feita em conformidade com o estabelecido no artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, republicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, e segundo os critérios definidos no Regulamento do Procedimento Concursal Conducente à Eleição do Diretor, disponível na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio e nos serviços administrativos deste.

6 — Durante o exame dos requisitos de admissão a concurso poderá a comissão especializada de avaliação de candidaturas, convidar os candidatos a suprirem eventuais lacunas constatadas nos respetivos processos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, concedendo um prazo de 2 dias úteis contados a partir da data de envio de notificação por SMS e por correio eletrónico.

6.1 — Serão liminarmente excluídos do concurso os candidatos que, dentro do prazo, concedido nos termos do número anterior, não corrijam as deficiências detetadas nos respetivos processos de candidatura.

7 — A lista provisória dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos a concurso será afixada na escola sede do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio e divulgada na página de internet do mesmo, até 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo esta a única forma de notificação dos candidatos.

8 — A apresentação de qualquer recurso sobre a não admissibilidade de uma candidatura deverá ser dirigida, no prazo de dois dias úteis após a divulgação da lista de candidatos admitidos e/ou excluídos, ao Presidente do Conselho Geral e entregue nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio na morada e horários referidos no ponto 3 deste aviso.

9 — Do resultado da eleição será dado conhecimento ao Diretor eleito e aos restantes candidatos, através de correio registado, com aviso de receção, no dia útil seguinte à tomada de decisão do Conselho Geral.

10 — Na página de internet do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, www.agrupamentosaooteotonio.net/ está disponibilizada toda a documentação relativa a este procedimento concursal.

11 — Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e Código do Procedimento Administrativo.

15 de maio de 2017. — O Presidente do Conselho Geral, *Eurico José Araújo Anacleto*.

310495879

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Despacho n.º 4742/2017

1 — Considerando que as Direções Regionais do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ, I. P.), asseguram um conjunto vasto de funções, dinâmicas e representações institucionais e que o seu enquadramento nas dinâmicas regionais é de capital importância para a prossecução da missão do IPDJ, I. P., as quais carecem autorização e de delegação e subdelegação de competências do Conselho Diretivo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, do n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e da Deliberação n.º 1287/2016, de 22 de agosto, de delegação e subdelegação de competências, o Presidente, Augusto Fontes Baganha, no âmbito das competências que lhe foram subdelegadas, com a faculdade de subdelegação, subdelega no licenciado Manuel Dias de Barros, Diretor Regional da Direção Regional do Norte, no licenciado José Manuel Cardoso Silva Santos, Diretor Regional da Direção Regional do Centro, na licenciada Eduarda Maria Gomes Marques, Diretora Regional da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no licenciado João David Rodrigues Araújo, Diretor Regional da Direção Regional do Alentejo e no licenciado Luís Miguel Guerreiro Romão, Diretor Regional da Direção Regional do Algarve, os poderes e as competências necessárias e circunscritas às áreas geográficas das respetivas Direções Regionais para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar as deslocações em serviço que impliquem o pagamento de despesas em transportes públicos e efetuar o reembolso através do fundo de maneiço, sempre que não seja possível a utilização da viatura do serviço;

b) Autorizar o pagamento de despesas que visem a satisfação de necessidades urgentes e inadiáveis, observando os limites definidos no Regulamento do Fundo de Maneio, em vigor;

2 — A presente subdelegação de competências é feita sem prejuízo dos poderes de avocação e de revogação dos atos praticados pelo delegado e subdelegado, sem que isso implique a sua derrogação, ainda que parcial.

3 — No uso da faculdade conferida pelo artigo 46.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, as competências agora subdelegadas podem ser objeto de subdelegação dentro dos limites previstos na lei.

4 — O presente despacho produz efeitos reportados a 26 de novembro de 2015 ficando ratificados todos os atos praticados.

21 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Augusto Fontes Baganha*.

310495319

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Gabinetes dos Secretários de Estado da Juventude e do Desporto e Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 4743/2017

Através do Despacho n.º 3632/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 28 de abril de 2017, foi constituída a Comissão intersectorial para a Promoção da Atividade Física, com o objetivo de elaborar, operacionalizar e monitorizar um Plano de Ação Nacional para a Atividade Física.

Neste âmbito, é definido nos termos do n.º 10 do referido despacho que a Coordenação da Comissão é da responsabilidade da área da Saúde em articulação com a área do Desporto, pelo que importa proceder à designação do respetivo Coordenador da Comissão intersectorial para a Promoção da Atividade Física.

Nestes termos, determina-se:

1 — A Comissão intersectorial para a Promoção da Atividade Física, constituída através do Despacho n.º 3632/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 28 de abril de 2017, é coordenada pelo Professor Doutor Romeu Duarte Carneiro Mendes cuja sinopse curricular consta do anexo ao presente despacho do qual faz parte integrante.

2 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

24 de maio de 2017. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *João Paulo de Loureiro Rebelo*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

ANEXO

Sinopse Curricular

Nome: Romeu Duarte Carneiro Mendes.

Formação Académica: Licenciatura em Educação Física e Desporto na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2003); Mestrado em Ciências do Desporto, na especialização em Atividade Física para a 3.ª Idade na Universidade do Porto (2005); Mestrado Integrado em Medicina na Universidade da Beira Interior (2013); Doutoramento em Ciências do Desporto na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2014); Pós-Graduação em Medicina Desportiva na Universidade do Porto (2015); Curso de Especialização em Saúde Pública no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (2016).

Experiência Profissional: Docente do Grupo Disciplinar de Educação Física no Ministério da Educação (2003-2009); Assistente Convidado do Departamento de Ciências do Desporto, Exercício e Saúde da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (desde 2013); Médico do Internato do Ano Comum no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (2014); Médico do Internato de Formação Específica em Saúde Pública na Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. (colocado na Unidade de Saúde Pública do ACES Douro I — Marão e Douro Norte; desde 2015); Docente da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém (desde 2016); Membro da Equipa de Trabalho para a Atividade Física do Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. (desde 2016); Membro da Equipa de Trabalho do Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física da Direção-Geral da Saúde (desde 2016); Estágio no Programa

de Nutrição, Atividade Física e Obesidade do Gabinete Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde (2017).

Atividade Científica: Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2009-2013); Investigador no Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2009-2016); Diretor-Geral do Diabetes em Movimento — programa comunitário de exercício físico para pessoas com diabetes tipo 2 (desde 2011); Representante em Portugal da *European Lifestyle Medicine Organization* (desde 2016); Investigador na Unidade de Investigação em Epidemiologia do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (desde 2017). O seu principal interesse científico é área da Atividade Física e Saúde Pública, estando envolvido em vários projetos de investigação, publicações científicas nacionais e internacionais, e participações em eventos com comunicações científicas e conferências a convite.

310523247

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

Despacho n.º 4744/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnica especialista no meu Gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, a licenciada Paula Cristina Bento da Silva Pereira, quadro do Instituto do Emprego e da Formação Profissional; I. P., detentora da categoria profissional de Técnica Superior.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na parte respeitante à remuneração de base de origem, e pelo orçamento do meu gabinete no que respeita ao remanescente até ao limite da remuneração prevista para adjunta, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de maio de 2017.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

9 de maio de 2017. — O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

ANEXO

1 — Dados Pessoais:

Nome — Paula Cristina Bento da Silva Pereira
Data de nascimento — 22 de fevereiro de 1969

2 — Formação Académica e formação específica:
Licenciada em Gestão, pela Universidade Lusíada.

3 — Experiência profissional:

Desempenhou desde 1 de março de 2017 o cargo de Coordenadora do Núcleo de Gestão de Projetos Comunitários na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, IP, onde exerceu funções desde novembro de 2016; No período compreendido entre dezembro 2012 a outubro 2016, exerceu o cargo de Subdiretora do CEFOSAP — Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional; No período compreendido entre fevereiro 2009 e outubro 2012, exerceu o cargo de Coordenadora de Equipa de Projeto para a área de Gestão Financeira do POPH; No período compreendido entre abril 2001 e janeiro 2009, exerceu o cargo Coordenadora do Núcleo de Gestão Financeira e Orçamental do POEFDS; No período compreendido entre outubro de 1995 a março 2001, desempenhou funções de técnica superior no Departamento de Gestão Integrada de Programas do IEFP, I. P.

310498202